

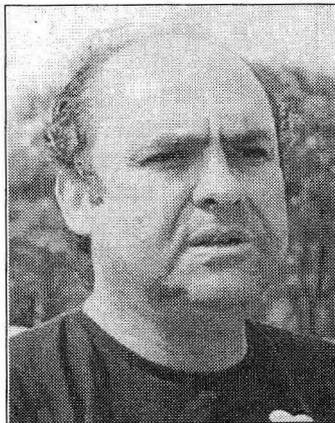
DF - Lazer Parque da Cidade busca recursos para eliminar déficit mensal de R\$ 180 mil

JORNAL DE BRASÍLIA

18 JUL 1999

18 JUL 1999

Francisco Stuckert



Cassio Poli: deficit mensal

Os R\$ 5 milhões que o GDF está gastando com o projeto de revitalização do Parque da Cidade, a ser concluído em 90 dias, representam o último investimento programado pelo governo no local. Segundo Cássio Poli, diretor do Parque, já existe um projeto do governador Roriz que garante autonomia à administração da área, hoje vinculada à Administração Regional de Brasília. Na prática, isto significa que o Parque terá de responder sozinho por todas as suas despesas.

Atualmente, os gastos com a manutenção dos 4,2 milhões de metros quadrados de área do Parque chegam a R\$ 200 mil por mês, enquanto a arrecadação junto aos permissionários não passa de R\$ 13 mil. Isto porque, dos 26 empresários que abriram negócios no Parque da Cidade, apenas 12 continuam com as portas abertas. “Os demais faliram ou morreram”, conta Cássio Poli.

A diferença entre receita e despesa, superior a R\$ 180 mil por mês, tem de ser bancada pelo GDF. “Para reverter esta situação, teremos de tomar uma série de providências”, afirma Poli. A primeira delas já está criando polêmica. “Faremos

uma revisão de todos os contratos de permissionários. As taxas de concessão, que hoje variam de R\$ 600 a R\$ 1,5 mil, devem dobrar de valor”, diz.

O presidente da Associação dos Permissionários do Parque da Cidade, Almir Vieira, afirma que a administração do Parque não pode dobrar o valor das taxas, pois existe uma tabela padrão baseada em uma lei local

de 1997 que não permite tamanho aumento. “Além disso, essa medida inviabilizaria os negócios para muitas pessoas aqui. O valor que pagamos hoje já é alto se comparado com o faturamento”, argumenta.

Outra idéia de Cássio é negociar com a Caesb o fornecimento de água para o Parque. Dentro da área verde, existe um reservatório da Caesb que ocupa cerca de 10 hectares. A empresa não paga taxa de ocupação, mas cobra as contas de água que, segundo Poli, são responsáveis por 70% da despesa total. “De duas uma: ou a Caesb passa a pagar taxa, ou fornece água de graça”, propõe.

A Caesb, por meio da asses-

soria de imprensa, informa que pretende colaborar ao máximo com a manutenção do Parque, mas não se vê obrigada a pagar uma taxa de ocupação por uma área que pertence à empresa, e não ao centro de lazer. “Muito antes da construção do Parque, o reservatório já estava lá”, afirma Milton Guimarães, assessor de imprensa da Caesb.

Nem os vendedores ambulantes vão escapar das taxas. “Eles vão pagar menos, é claro, mas vão pagar”, diz Cássio Poli. De tudo isto, a única coisa certa é que o usuário do Parque não será prejudicado, já que a cobrança de pedágio, estacionamento e ingresso dos visitantes está fora de cogitação. “Todas as medidas serão para atrair as pessoas e tornar o Parque um local mais agradável para elas, e não espantá-las”, diz o diretor do Parque.

VALÉRIA FEITOZA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA